



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA REALIZADA NO DIA 25 DE JUNHO DE 2018 - Nº 12/2018 - MANDATO 2017 – 2021

Aos vinte e cinco dias do mês de Junho do ano de dois mil e dezoito, nesta Vila de Alpiarça, no Auditório do Edifício dos Paços do Concelho, sito na Rua José Relvas, número trezentos e setenta e quatro, reuniu a Câmara Municipal de Alpiarça, eleita para o quadriénio 2017/2021, sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Presidente Mário Fernando Atracado Pereira, e com a presença dos Senhores Vereadores Sónia Isabel Fernandes Sanfona da Cruz Mendes, Carlos Jorge Duarte Pereira, António da Conceição Moreira e João Pedro Costa Arraiolos. Secretariou a reunião, Nuno Miguel Tendeiro Paulino, Chefe de Divisão Administrativa e Financeira em regime de substituição.

A Ordem do Dia da Reunião de Câmara, antecipadamente remetida a todos os Vereadores, nos termos do Nº2 do artigo 53º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei Nº 75/2013 de 12 de Setembro, foi a seguinte:

Ponto 1 – Proposta de Deliberação – Venda da nua propriedade dos Lotes 45 a 48, 67,69,73 e 96 da Zona Industrial.

Município de Alpiarça

Remeter à Assembleia Municipal

Para Deliberação:

Ponto 2 – Hasta Publica para a cedência temporária do direito de exploração do Bar e Esplanada do Jardim Municipal de Alpiarça – Edital 33/2018 – Aprovação de Minuta de Contrato

Município de Alpiarça

Para Ratificação:

Ponto 3 – Emissão de Parecer – Constituição de Compropriedade – Serviço Técnico de Obras – Informação Nº 178/2018 de 18 de Junho

Requerente – Vítor Figueiredo

Para Deliberação:



Ponto 4 – Operação ALT20-08-2316 – FEDER 000016 Requalificação e Revitalização do Jardim Municipal de Alpiarça – Modificação ao Contrato – Nota Descritiva e Justificativa.

Informação Nº 11/2018 de 15 de Junho do Serviço Técnico de Obras

Município de Alpiarça

Para Deliberação:

Ponto 5 – Licença Especial de Ruído com início às 19,00 h do dia 06 de Julho de 2018 e termo às 02,00 h do dia 09 de Julho de 2018, para a realização das Festas Anuais do Casalinho, a realizar no Recinto de Festas do Casalinho, em Alpiarça.

Solicita isenção de taxas.

Requerente: Centro Popular de Cultura e Recreio do Casalinho

Para Deliberação:

Ponto 6 – Apreciação e votação da Prestação de Contas Consolidadas do Ano de 2017.

Município de Alpiarça

Remeter à Assembleia Municipal

Para Deliberação:

Ponto 7 – Proposta de extinção de Unidades Orgânicas de 2º grau e criação de Unidades Orgânicas de 3º grau.

Município de Alpiarça

Remeter à Assembleia Municipal

Para Deliberação:

Ponto 8 - Proposta de alteração do Regulamento de Organização dos Serviços e Mapa de Pessoal do Município de Alpiarça.

Município de Alpiarça

Remeter à Assembleia Municipal

Para Deliberação:



Ponto 9 - Proposta de Deliberação; Minuta de protocolo para Expansão e aumento do Investimento na Zona Industrial de Alpiarça; Minuta de Contrato-Promessa de Compra e Venda

Requerente: TEXSA PORTUGAL-Materiais de Construção S.A.

Município de Alpiarça

Remeter à Assembleia Municipal

Para Deliberação:

A reunião foi aberta pelo Senhor Presidente da Câmara, Mário Fernando Atracado Pereira, eram nove horas e quarenta e cinco minutos, tendo tido lugar o período de Antes da Ordem do Dia:

O Senhor Presidente da Câmara cumprimentou todos os presentes e distribuiu o resumo diário de tesouraria referente ao dia vinte e dois de Junho de 2018, com um total de disponibilidades de 462.116,16€.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

PROPOSTA DE ATA N.º 11/2018 - RC REALIZADA NO DIA 08 DE JUNHO DE 2018

Não houve intervenções.

Posta à votação, a ata foi aprovada por unanimidade.

O Sr. Presidente da Câmara deu de seguida a palavra aos Vereadores.

Tomou a palavra o Sr. Vereador António Moreira, que começou por agradecer ao executivo a rapidez com que resolveu uma situação referida na última reunião de Câmara, a propósito de umas crianças do Casal Tolilas, do Frade de Baixo. Mencionou que, na zona do Sacadura ardeu um contentor que foi posteriormente retirado e pretende saber se vai ser colocado outro contentor. Referiu um pedido da Crigado, em dois mil e dezasseis, para o município considerar de interesse municipal e pretende saber qual o ponto de situação. Falou sobre a limpeza da Rua Manuel Nunes Ferreira, assunto abordado na reunião de Câmara anterior, dizendo que não foi feita na sua totalidade. Esclareceu que, quando transmite uma opinião nas redes sociais, nunca o faz de forma anónima e que só o faz depois de colocar os problemas nas reuniões de Câmara e os mesmos não



serem resolvidos. Referiu-se concretamente a algumas questões do jardim e a uma opinião que o Presidente colocou no mesmo local. Disse que ficou aborrecido com esta situação e que gosta de Alpiarça e das suas gentes. Acha que a oposição tem os seus direitos e os seus deveres no que diz respeito à emissão de opiniões. Entende que alguém do Município deveria sair à noite para se inteirar da situação das luminárias das ruas do concelho. Referiu que os moradores da Travessa da Patracola o abordaram dizendo que cerca de oito luminárias estavam desligadas, há meses. Verificou que do nº 52 ao nº 76 estavam todas as luzes desligadas. Afirmou que ligou para a EDP e que quatro ou cinco dias depois a EDP ligou as luzes. Disse que seria importante que o município se preocupasse com estas situações.

O Sr. Presidente deu de seguida a palavra à Sra. Vereadora Sónia Sanfona. Começou por questionar se houve desenvolvimento sobre a situação do Protocolo com o Agrupamento de Escolas. Fez referência aos critérios para atribuição dos subsídios às Associações e coletividades. Referiu, em relação ao Clube Desportivo “Os Águias”, que continua a verificar que está em vigor o protocolo celebrado sobre as piscinas Municipais. Questionou se o Sr. Presidente está ou não disponível para reavaliar esse protocolo, considerando que este representa, para o Município, um esforço bastante assinalável. Entende que o facto de os rendimentos das piscinas estarem todos adstritos a uma entidade, seja ela qual for, não deve acontecer, tendo em conta as despesas inerentes ao funcionamento das Piscinas. Considerou ainda que tal facto se poderia justificar quando o Clube Desportivo “Os Águias” tinha uma equipa de triatlo profissional ou semi profissional, com uma dimensão a nível nacional bastante relevante, o que hoje já não acontece, pelo menos com a mesma dimensão. Mencionou que este ano foi decidido encurtar os dias da Alpiagra e renovar alguns espaços, criando uma nova dinâmica no certame. Perguntou se quando foi elaborado o orçamento do Município, com um valor de cento e cinquenta mil euros, já estava prevista a redução do número de dias da Feira. Se não estava, o que acha, quer saber se se mantém o mesmo valor orçamentado. Perguntou também qual a previsibilidade dos custos para o Festival do Melão. Solicitou um ponto de situação em relação às obras do Mercado Municipal, tendo em conta que o concurso ficou deserto, e dos balneários do Estádio Municipal. Perguntou também como está o processo das obras para a Escola Secundária e se houve algum desenvolvimento. Referiu-se de seguida a uma publicação feita nas redes sociais, sobre a eventual falta de licença por parte da AR “Águas do Ribatejo”, para efetuar descargas da limpeza dos filtros na Barragem dos Patudos,



pretendendo saber se isso corresponde ou não à verdade. Voltou a falar sobre as redes sociais para dizer que não é alheia ao que se passa nestes locais e realçou que as pessoas que se manifestam criticamente relativamente a algumas coisas que consideram que estão mal em Alpiarça não são as pessoas que não gostam de Alpiarça; essas são as que gostam de Alpiarça. Afirmou que não se pode exigir que tudo esteja bem a todo o momento e que, para quem ocupa cargos de responsabilidade, é normal e natural que algumas coisas fujam ao seu controlo e que não é possível, a todo o momento, estarem como desejariam. Disse que as pessoas têm liberdade de criticar o que acham que não está bem e que quando fazem desabaços públicos e que são destinados a vários destinatários é preciso ter algum cuidado e não colocar as pessoas todas no mesmo saco. Sublinhou que uma coisa é as pessoas aproveitarem as redes sociais para fazer críticas, outra é aproveitarem as mesmas redes para ofender, difamar ou denegrir.

Tomou a palavra o Sr. Vereador Carlos Jorge Pereira, que deu nota dos principais trabalhos realizados desde a reunião de Câmara anterior. Assim, começou por dizer que, na limpeza urbana foi feita a limpeza de bermas e passeios no Frade de Cima, no Casalinho e na Gouxaria, na Rua Renato Pinhão, Rua General Humberto Delgado, Rua Conselheiro Figueiredo Leal, Rua José relvas e na ciclovia, junto ao Complexo Desportivo. Iniciou-se já a limpeza do Campo de Futebol de Praia, que ainda não está terminada e foi feita a limpeza de matas em terrenos da autarquia. Foi colocado um sinal para pessoas de mobilidade reduzida e marcou-se um lugar para estacionamento, junto ao Cartório Notarial; foram feitos arranjos de passeios em calçada na vila, bem como a reparação de sinalética; foi feita a reparação dos muros do paredão da Barragem, com vista à sua pintura; foram feitas pequenas reparações nas Piscinas Municipais e tapados alguns buracos na vila, com massas betuminosas. No Parque do Carril foi feita a manutenção do espaço e removida erva pinheirinha da vala. Nos Jardins e Espaços Verdes foi feita a manutenção do Complexo Desportivo, do paredão da Barragem, do talude da Escola das Faias, da Casa dos Patudos (com um funcionário permanente), das terras frias, da rotunda da Barragem, do largo salgueiro Maia, da Avenida da Casa do Povo e do jardim da Gouxaria. Foi também feita a manutenção e limpeza geral dos espaços verdes, no Agrupamento de Escolas de José Relvas. A recolha de animais errantes continuou a ser efetuada e deu-se continuidade à deserbização das ruas do Concelho. Em relação aos contentores de lixo, estes continuaram a ser substituídos, sempre que necessário e em relação ao contentor referido pelo Sr. Vereador António Moreira, na zona do Sacadura, o Sr Vereador Carlos Jorge



Pereira disse que irá verificar a situação.

Tomou a palavra o Sr. Presidente. Sobre o caso do transporte para crianças do Casal dos Tolilas, afirmou que se tratou de uma situação pontual e que se tinha colocado apenas uns dias antes. Pelo conhecimento que teve, a família sempre fez o transporte das crianças e devido a um problema com o carro deixou de o poder fazer durante uns dias. A família contactou os serviços da Câmara, que tiveram de avaliar a situação, de acordo com os regulamentos, que foi resolvida em devido tempo. Sobre a questão da Crigado, o Sr. Presidente disse que dará conhecimento do ponto de situação. Em relação às questões das redes sociais afirmou que procura ser muito contido nas apreciações que faz sobre as questões políticas do concelho e que procura sempre tratar essas questões de forma meramente política, evitando a judicialização de alguns assuntos, mesmo que por vezes atinjam as ofensas pessoais. Disse que no tempo em que o Partido Socialista estava no poder, por razões com menor impacto, houve a procura de judicializar a intervenção política, criando algum clima intimidatório. Disse ainda que há pessoas que não gostam de Alpiarça e que o dizem claramente, que põem fotografias no facebook, negativas à imagem do concelho, como um monte de dejetos ou um monte de ervas, como se estes problemas não existissem noutros concelhos. Em relação à questão colocada pelo Sr. Vereador António Moreira sobre as luminárias apagadas na Travessa da Patracola, afirmou que a Câmara, quando tem conhecimento destes casos, comunica-os à EDP, o que aconteceu nesta situação. O que se passa é que a empresa nem sempre faz a ligação no tempo desejado. Informou também que nalguns locais a EDP já está a proceder à substituição das luminárias por lâmpadas de tecnologia LED. Sobre o protocolo com o Agrupamento de Escolas disse que a documentação solicitada ainda não foi enviada à Câmara. Mencionou que não há desenvolvimentos no processo das obras de remodelação da Escola EB 2,3/S de José Relvas, que está mapeada e em condições de candidatura aos fundos comunitários, estando pedidas reuniões com a Sra. Secretária de Estado da Educação para acertar pormenores. Interveio de seguida o Sr. Vereador Carlos Jorge Pereira para dizer que o programa do Festival do Melão está fechado estando os custos apurados e que o orçamento está abaixo do inicialmente previsto. Acrescentou que, quanto à Alpiagra, quando se tomou a decisão de reduzir os dias já se elaborou o orçamento com base nessa opção. Disse que os valores que a Sra. Vereadora referiu não são corretos e que o que foi orçamentado para este ano, é idêntico ao que se gastou no ano anterior (cento e dez mil euros).



O Sr. Presidente voltou a intervir para responder a uma questão sobre as “Águas do Ribatejo”. Sobre esta questão afirmou que não viu o que foi dito nas redes sociais, que falavam sobre a falta de uma licença para a empresa descarregar águas de limpeza dos filtros na Barragem, mas que esta situação já se tinha colocado e a empresa já havia respondido. Informou que a ETA, Estação de Tratamento de Águas de Alpiarça vai ser ampliada, considerando que há dias de consumos extremos no concelho, sobretudo em dias de muito calor, que dificultam a recuperação do depósito de água que abastece a vila. Por esta razão, as “Águas do Ribatejo” vão aumentar consideravelmente a capacidade de tratamento das águas e de abastecimento do depósito, num investimento de cerca de seiscentos mil euros, estando o processo já em desenvolvimento. Sublinhou que as “AR” têm um trabalho muito profundo no que diz respeito à segurança e qualidade das águas para consumo, referindo-se a uma questão colocada pelo Sr. Vereador António Moreira sobre os níveis de arsénio na água.

O Sr. Presidente passou de seguida a palavra ao Sr. Vereador João Pedro Arraiolos, para responder a algumas questões colocadas. Transmitiu, em relação à situação do Casal dos Tolilas, que a questão foi colocada no dia 8 de junho, a duas semanas de terminarem as aulas e que nesta reunião foi colocada como sendo um caso dramático. Tratou-se de um assunto que foi analisado e que apenas se colocou porque houve uma avaria na viatura que o próprio casal utilizava para transportar os filhos para a escola. A situação está agora a ser analisada para o próximo ano letivo, com o objetivo de encontrar a melhor solução. Em relação às obras do Mercado Municipal disse que foi desenvolvido um novo procedimento, de ajuste direto, que está em fase de conclusão. Nos balneários, todos os condicionantes estão ultrapassados, procurando-se agora possibilidades de financiamento, mas que as obras poderão avançar por administração direta. Acrescentou que vê com alguma dificuldade que, quem tem disponibilidade de todo um conjunto de tempo em que se desempenham funções na Câmara de Alpiarça e que exista algum interesse na promoção de Alpiarça, apenas estejam disponíveis para divulgar tudo o que é negativo e que não exista essa mesma disponibilidade para promover o que é positivo, quer das atividades da própria Câmara, quer das atividades das associações e coletividades. Deixou uma reflexão para todos aqueles que apenas divulgam imagens negativas do concelho, sobretudo para aqueles que nunca viu contribuírem com o que quer que fosse para desenvolver ou promover iniciativas em Alpiarça.

A Sra. Vereadora Sónia Sanfona pediu novamente a palavra para perguntar qual a data prevista



para a abertura das Piscinas Municipais, no exterior. Falou também no mau uso dos contentores de lixo. Perguntou ainda se, à semelhança dos serviços disponibilizados pela Câmara para a recolha de monos, é possível haver um serviço para recolha de limpezas dos quintais dos munícipes, como ramos de árvores e outros detritos.

O Sr. Vereador Carlos Jorge Pereira reforçou o que já havia sido dito sobre os contactos feitos com a EDP, no sentido de resolver avarias na Travessa da Patracola. Disse que sobre este assunto foram feitos reportes por mail, que tem na sua posse, no dia quatorze de Fevereiro e dois de Maio de 2018. O Sr. Vereador António Moreira disse que contactou com a EDP e que a empresa disse que na Rua da Patracola não tinham nenhuma avaria registada. O Sr. Vereador disse ainda, em relação à questão colocada pela Sra. Vereadora Sónia Sanfona, que diariamente dois funcionários percorrem o Concelho para recolher monos que se encontram junto aos contentores e que os sobrantes, verdes e ramos são também recolhidos. A este propósito o Sr. Presidente disse que esta questão é uma questão cultural e transversal a todas as Câmaras, ao ponto de ser discutida em reuniões das Associações de Municípios.

Sobre as Piscinas Municipais exteriores, o Sr. Vereador João Pedro Arraiolos, disse que as mesmas vão abrir no dia três de Julho, sublinhando que as Piscinas interiores vão estar abertas até ao dia trinta. Reforçou que o tempo não justificava uma abertura antes dessa data, o que já aconteceu noutros anos, e que não estavam ainda reunidas todas as condições.

Terminado o período de antes da Ordem do Dia, foram apreciados os pontos constantes da Ordem de Trabalhos, tendo sido tomadas as seguintes deliberações:

ORDEM DO DIA:

Ponto 1 – Proposta de Deliberação – Venda da nua propriedade dos Lotes 45 a 48, 67,69,73 e 96 da Zona Industrial.

Município de Alpiarça

Remeter à Assembleia Municipal

Para Deliberação:

O Sr. Presidente fez a apresentação do ponto, valorizando a consolidação do investimento que a



empresa tem feito na Zona Industrial de Alpiarça, mantendo aqui a sua Sede Social, e por isso mesmo, propõe-se a venda a um preço inferior ao que está no Regulamento da Zona Industrial, conforme previsto na proposta de Deliberação e no Protocolo, presentes nesta reunião. Fez de Seguida a leitura dos documentos.

Interveio a Sra. Vereadora Sónia Sanfona, para saudar e valorizar o investimento proposto, dotando a Zona Industrial de novos equipamentos e de novas infraestruturas e sobretudo, valorizou o facto de ser um investimento na área da agro-industria, que é fundamental para o desenvolvimento da Zona Industrial de Alpiarça.

Não havendo mais intervenções, foi o ponto posto à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

Deliberado remeter à Assembleia Municipal.

Ponto 2 – Hasta Publica para a cedência temporária do direito de exploração do Bar e Esplanada do Jardim Municipal de Alpiarça – Edital 33/2018 – Aprovação de Minuta de Contrato

Município de Alpiarça

Para Ratificação:

O Sr. Presidente explicou que, por lapso a minuta de contrato não veio a reunião de Câmara e para dar andamento ao processo, o Sr. Presidente aprovou a minuta e vem agora a reunião, para ratificação.

O Sr. Vereador Calos Jorge Pereira confirmou que efetivamente houve um lapso e esta minuta não veio com os restantes documentos do processo, o que acontece agora.

Interveio a Sra. Vereadora Sónia Sanfona para dizer que já tinha dado por falta deste documento e que o que está na minuta resulta da discussão quando se falou na hasta publica. Perguntou quando será celebrado o contrato, tendo em conta as datas previstas para o início da exploração do espaço. Questionou também se já foi entregue toda a documentação, já referida em reunião anterior e se o contrato está pronto para ser assinado. A este respeito, o Sr. Presidente informou que o contrato já foi assinado e que os documentos referidos estão todos em ordem. A Sra. Vereadora solicitou uma cópia do contrato.

Posta à votação, foi a ratificação aprovada por maioria, com três votos a favor da CDU e duas abstenções dos Vereadores do PS.



Ponto 3 – Emissão de Parecer – Constituição de Compropriedade – Serviço Técnico de Obras – Informação Nº 178/2018 de 18 de Junho

Requerente – Vítor Figueiredo

Para Deliberação:

O Sr. Presidente solicitou ao Sr. Engenheiro José Portugal que fizesse um esclarecimento sobre este ponto, tendo explicado os seus objetivos.

Feitos os necessários esclarecimentos e não havendo mais intervenções, o Sr. Presidente colocou o ponto à votação, que foi aprovado por unanimidade.

Ponto 4 – Operação ALT20-08-2316 – FEDER 000016 Requalificação e Revitalização do Jardim Municipal de Alpiarça – Modificação ao Contrato – Nota Descritiva e Justificativa.

Informação Nº 11/2018 de 15 de Junho do Serviço Técnico de Obras

Município de Alpiarça

Para Deliberação:

O Sr. Presidente passou novamente a palavra ao Sr. Engenheiro José Portugal para prestar esclarecimentos. O Sr. Engenheiro disse que esta operação tem a ver com supressão de erros e omissões, trabalhos a mais e adicional ao contrato referente ao Jardim Municipal.

A Sra. Vereadora Sónia Sanfona questionou se este documento serve de suporte a um pedido de reprogramação do financiamento para a operação em causa e se já foi elaborado o auto definitivo de receção da obra. O Sr. Engenheiro respondeu às questões, dizendo que ainda não foi elaborado o auto referido.

Posto à votação, foi o ponto aprovado por maioria, com três votos a favor dos eleitos da CDU e duas abstenções dos Vereadores do PS.

Ponto 5 – Licença Especial de Ruído com início às 19,00 h do dia 06 de Julho de 2018 e termo às 02,00 h do dia 09 de Julho de 2018, para a realização das Festas Anuais do Casalinho, a realizar no Recinto de Festas do Casalinho, em Alpiarça.

Solicita isenção de taxas.

Requerente: Centro Popular de Cultura e Recreio do Casalinho

Para Deliberação:



Não houve intervenções.

O Ponto foi aprovado por unanimidade, com isenção de taxas.

Ponto 6 – Apreciação e votação da Prestação de Contas Consolidadas do Ano de 2017.

Município de Alpiarça

Remeter à Assembleia Municipal

Para Deliberação:

O Sr. Vereador João Pedro Arraiolos prestou esclarecimentos sobre este ponto, dizendo que desde dois mil e treze que as autarquias locais têm de apresentar as contas consolidadas, com as entidades detidas ou participadas pelos Municípios. No caso de Alpiarça esta consolidação irá ser feita entre a entidade consolidante, o próprio Município e as entidades consolidadas, que são a Agroalpiarça e as “Águas do Ribatejo, AR”, sendo que a Agroalpiarça tem uma participação direta do Município, com noventa e nove virgula oitenta e sete por cento, através do método integral e nas “AR” existe uma participação de cinco virgula quatro por cento através do método de equivalência patrimonial.

Pedi a palavra a Sra. Vereadora Sónia Sanfona para perguntar se a escolha destes métodos é opcional ou se correspondem a imposição legal. O Sr. Chefe de Divisão esclareceu este assunto. Voltou a intervir a Sra. Vereadora para falar sobre a Declaração de Responsabilidade anexa a este ponto. Refere que no ano anterior os Vereadores do PS assinaram a mesma de forma condicionada e as duvidas que têm são duvidas que não conseguem esclarecer, com acesso à documentação disponível. Entende que é quase impossível para os Vereadores que não estão em exercício no poder, assumir um conjunto de responsabilidades que são versadas na declaração. Afirmou que os Vereadores do PS vão subscrever essa Declaração de responsabilidade, mas que vão juntar uma declaração relativamente às condições que ficam subjacentes às suas assinaturas. O Sr. Presidente afirmou que compreende a posição dos Vereadores do PS e disse que esta declaração de responsabilidade está feita para que as pessoas se demarquem das contas, inclusivamente para quem está a tempo inteiro. Sublinhou que não é por desconfiança, considerando que provém de um trabalho técnico responsável.

De seguida o Sr. Presidente colocou o ponto à votação, tendo sido aprovado por maioria, com três votos a favor da CDU e duas abstenções dos Vereadores do PS.



Foi ainda deliberado remeter à Assembleia Municipal.

Ponto 7 – Proposta de extinção de Unidades Orgânicas de 2º grau e criação de Unidades Orgânicas de 3º grau.

Município de Alpiarça

Remeter à Assembleia Municipal

Para Deliberação:

O Sr. Presidente deu a palavra ao Sr. Vereador João Pedro Arraiolos que disse que este ponto está relacionado com o ponto seguinte e decorreu de uma análise conjunta dos serviços e do funcionamento da própria autarquia, de forma a adequar os serviços e a estrutura orgânica ao funcionamento do dia a dia. De uma forma geral existiam duas divisões principais, uma administrativa e financeira e outra de obras, urbanismo, ambiente, serviços urbanos e saúde pública, esta última cujo lugar nunca foi provido. Considerando o funcionamento da autarquia, entendeu-se que, analisando a dimensão do Município, uma chefia de segundo Grau não se justifica. Daí que a proposta a apresentar aponte para uma orgânica com chefias de terceiro Grau, dividindo a parte financeira da parte de administração geral e recursos humanos. O Sr. Vereador realça que esta proposta foi devidamente articulada com os serviços. Leu de seguida a proposta a apresentar.

Pediu a palavra a Sra. Vereadora Sónia Sanfona para perguntar se a opção pela extinção de duas divisões e pela criação de três unidades orgânicas, é uma opção reversível ou não. O Sr. Vereador esclareceu que é sempre possível retomar a criação de divisões municipais. A Sra. Vereadora perguntou ainda qual é o estatuto remuneratório existente nas divisões, tendo o Sr. Chefe de Divisão esclarecido. Considerou que é difícil avaliar qual a estrutura orgânica que melhor faz funcionar os serviços, sendo mais fácil para quem trabalha diariamente com os mesmos.

O Sr. Presidente sublinhou que esta era uma visão que o atual Chefe de Divisão tinha da orgânica dos serviços e que foram discutidos em conjunto com o executivo, encontrando a solução que agora se propõe. Realçou que a atual orgânica já se mantinha há muitos anos.

Posto à votação foi o ponto aprovado por maioria, com os votos a favor da CDU e a abstenção dos Vereadores do PS.

Deliberado ainda remeter à Assembleia Municipal.



Ponto 8 - Proposta de alteração do Regulamento de Organização dos Serviços e Mapa de Pessoal do Município de Alpiarça.

Município de Alpiarça

Remeter à Assembleia Municipal

Para Deliberação:

O Sr. Vereador João Pedro Arraiolos esclareceu que este ponto vem na sequência do Ponto anterior e na adequação dos serviços.

Posto à votação foi o ponto aprovado por maioria, com os votos a favor da CDU e a abstenção dos Vereadores do PS.

Deliberado ainda remeter à Assembleia Municipal.

Ponto 9 - Proposta de Deliberação; Minuta de protocolo para Expansão e aumento do Investimento na Zona Industrial de Alpiarça; Minuta de Contrato-Promessa de Compra e Venda

Requerente: TEXSA PORTUGAL-Materiais de Construção S.A.

Município de Alpiarça

Remeter à Assembleia Municipal

Para Deliberação:

O Sr. Presidente disse que o ponto foi enviado mais tarde, mas que se tratava de um assunto urgente, considerando o interesse da proposta, que agora vem a reunião de Câmara. Disse que esta proposta tem a ver com a possibilidade de expansão da empresa Texsa, que pode vir a ser contemplada pelo grupo com o aumento da unidade de produção em Alpiarça. Leu de seguida a proposta presente para discussão e votação. Informou que o protocolo de colaboração que está em anexo, foi devidamente discutido com a administração da Texsa. Disse ainda que na proposta de protocolo ficou inscrita a manutenção da sede social no concelho, por um período de tempo não inferior a dez anos e que, preferencialmente, deve recrutar funcionários residentes do concelho.

A Sra. Vereadora Sónia Sanfona deixou uma nota de satisfação dizendo que estas empresas não só ponderam crescer, como ponderam crescer no concelho de Alpiarça. Valorizou o trabalho feito pelo Partido Socialista para trazer empresas para Alpiarça. Estas empresas são, não só das maiores do concelho, mas também das maiores empregadoras. Disse que o protocolo se propõe a contratar pessoas preferencialmente de Alpiarça e acha que deve ser mesmo assim. No entanto chama a



atenção para o cumprimento desta alínea do protocolo, que deve ser bem fiscalizada. Sublinhou ainda que se houver pessoas no concelho que tenham as qualificações técnicas requeridas para um determinado lugar, se possa verificar que elas foram efetivamente preferidas para o mesmo. Terminou perguntando porque, havendo troca de correspondência desde Setembro último, só agora se concretizou a proposta.

O Sr. Presidente respondeu, dizendo que desde essa altura que se procurou ultrapassar e resolver um conjunto de situações, que, não estando ainda totalmente resolvidas, não irão inibir o investidor de concretizar os seus objetivos. Informou ainda que o lote da Texsa está dividido e que foi acordado numa fase posterior ao primeiro contrato com a empresa, a abertura de uma rua que atravessa o lote da Texsa, situação que terá de ser resolvida, de forma a juntar os lotes já adquiridos e o lote a adquirir agora. O Sr. Presidente considerou ainda que, quer a Texsa, quer outras empresas da Zona Industrial têm cumprido, no que diz respeito ao recrutamento de pessoas do concelho que se encontrem em igualdade de circunstâncias com outras de fora do concelho. Disse ainda que este é um passo fundamental para que a administração do grupo decida investir em Alpiarça para a implantação da nova fábrica, que está em discussão no interior dos vários segmentos do grupo.

Não havendo mais intervenções, o Sr. Presidente colocou o ponto à votação, que foi aprovado por unanimidade.

Deliberado também remeter à próxima Assembleia Municipal.

PERÍODO DO PÚBLICO

Não houve intervenções.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada pelo Sr. Presidente, eram doze horas e quarenta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que, para efeitos de execução imediata foi aprovada em minuta, por unanimidade, com todos os efeitos legais a partir desta data. E eu, Celestino Tomás Pereira Brasileiro, a exercer funções de Secretário do Gabinete de Apoio à Presidência, a redigi e assino.